

## Sistemas

COMEÇA tempestuoso o trabalho da Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte.

POIS QUE de um lado se colocam os relatores-adjuntos, que se declaram "progressistas", em oposição aos relatores de campo, estigmatizados como "conservadores". Ciosos de suas prerrogativas, os adjuntos negam aos de campo acesso à memória dos computadores do Senado — o que, na prática, significa impedi-los de trabalhar.

NÃO SE pode dizer que esteja muito sistemático o trabalho da Comissão.

## Cabral confirma 'Grupo dos 4' do PMDB para fazer esboço da Carta

BRASÍLIA — Cabrerá exclusivamente ao grupo de quatro parlamentares pertencentes ao PMDB a tarefa de auxiliar o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na elaboração do esboço do texto que pretende escrever para submeter à Assembléia Nacional Constituinte. A decisão, do próprio Cabral, põe fim ao conflito de competência surgido entre estes parlamentares e o grupo interpartidário, também selecionado pelo Relator, para ajudá-lo a examinar o trabalho das Comissões Temáticas.

Chamado pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para uma reunião em seu gabinete com os Senadores Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins, José Ignácio Ferreira e o Deputado Nelson Jobim, o Relator da Comissão de Sistematização explicou que a formação do "Grupo dos Oito", identificado como "conservador", não obedeceu a qualquer critério político e que a tarefa dele se esgota na pesquisa.

Cabral confirmou, inclusive, que o acesso ao Prodasen é restrito aos quatro relatores adjuntos, do PMDB, e ao Deputado Adolfo de Oliveira, do PL, coordenador do grupo interpartidário que também o auxilia. Cabral atribuiu a vaidades e mal entendidos a crise surgida após a formalização dos dois grupos. Ele sustentou no encontro, segundo seu relato, que não aceita discutir sua condição de único responsável pela redação final da Comissão de Sistematização e do anteprojeto de Constituição.

O Relator explicou que ao convidar os oito parlamentares que o PMDB considera "conservadores", foi claro ao dar-lhes a missão, não política, de ajudá-lo no resgate dos trabalhos das Comissões Temáticas. Para isso, afirmou, preendeu-se a critérios como da experiência e capacidade de cada um. E citou como exemplo o Deputado pedessista Konder Reis (SC), que relatou a Constituição de 1967. Sobre outro pedessista, o Senador Virgílio Távora, observou que é um dos mais competentes do Congresso e que sua escolha atendeu a sugestão do Senador Fernando Henrique Cardoso.

— Não acredito em lideranças que se afirmem por omissão e este não é, portanto, o meu caso. Quando chamei os quatro parlamentares do PMDB, foi com o objetivo de, uma vez de posse do resultado do trabalho dos outros oito, me ajudarem num esboço. Quem vai escrever o texto sou eu — disse.

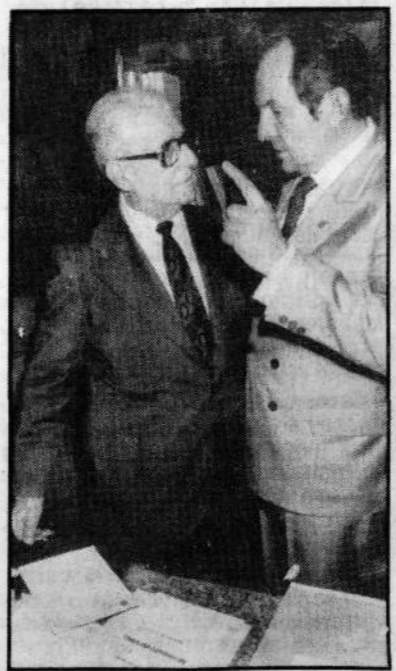
Cabral deixou claro também que a reunião de ontem serviu para reforçar a diretiz de dar ao PMDB a preferência no tratamento político das



Bevilacqua, Konder Reis, Viana, Oliveira e Vivaldo, cinco do Grupo dos 8

questões mais conflitantes. Ele dividiu as fases seguintes da Constituinte em duas: a primeira vai reunir os textos conflitantes; a segunda dará tratamento jurídico e político a esses textos. Nas duas etapas prevalecerá seu julgamento, embora na questão política ele venha a consultar os Líderes do PMDB na Câmara, Senado e na Constituinte, e o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, além do Deputado Ulysses Guimarães.

Cabral, segundo participantes da reunião, afirmou que não fará da relatoria instrumento partidário, deixando prevalecer essa posição no tratamento, ao final, das questões políticas. O Relator da Sistematização desmentiu categoricamente a designação da Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), para relatar a



Alfonso Arinos e Bernardo Cabral

Comissão da Família, Educação e Cultura, Comunicações e Ciências e Tecnologia, que não conseguiu apresentar um anteprojeto. Ele mesmo, conforme assegurou, se encarregará da tarefa.

— Eu apenas pedi que me municiassem de documentos para que eu possa chegar a uma conclusão — afirmou.

Animos serenados, ontem mesmo o "Grupo dos Quatro", desfalco do Senador Fernando Henrique, reuniu-se no Prodasen com o jurista Miguel Reale, para preparar o índice da Constituição, ou "esqueleto", como prefere o próprio Reale. Cabral foi juntar-se a eles mais tarde para ajudar na tarefa. O índice é a estruturação por capítulos dos temas constitucionais. Ao mesmo tempo, o Prodasen preparava a relação dos textos conflitantes como greve, tribunal constitucional, sistema eleitoral, sistema de governo e mandato presidencial, entre outros.

O "Grupo dos Oito", enquanto isso, definiu as tarefas de cada um de seus integrantes junto às comissões técnicas. Dessa forma, como "relatores auxiliares", eles se encarregarão, nome por nome, das seguintes comissões: Ordem Econômica e Sistema Tributário: Senador Virgílio Távora (PDS-CE); Ordem Social: Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE); Organização do Estado: Deputado Renato Viana (PMDB-SC); Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, e Comunicação: Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); Sistema Tributário e Orçamento: Deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP); Nacionalidade, Direitos e Garantias Individuais: Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ); Organização Eleitoral e Garantia das Instituições: Deputado Konder Reis (PDS-SC); Organização dos Poderes e Sistema de Governo: Deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ).

## Maciel quer negociar volta das regalias do Congresso

BRASÍLIA — O Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, defendeu ontem a realização de negociações interpartidárias para que a nova Constituição incorpore o anteprojeto do Relator da Subcomissão do Poder Legislativo, Deputado José Jorge (PFL-PE), que restabelece as prerrogativas do Congresso Nacional. Segundo ele, a proposta fortaleceria o Legislativo, evitando que o sistema parlamentarista seja adotado apenas para reduzir os poderes do Executivo. O Senador admitiu que o sistema de Governo será um dos assuntos que discutirá com o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, num encontro ainda sem data marcada.

Plenamente favorável à manutenção do Presidencialismo com o fortalecimento do Legislativo e do Judiciário, Maciel endossou as declarações feitas antontem pelo Presidente Sarney contra o Parlamentarismo.

— No Brasil, o Executivo não é forte; os outros poderes é que são fracos e, para mudar isso, não é preciso mudar o sistema de Governo — disse, condenando a fórmula neoparlamentarista aprovada pela Comissão da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo da Constituinte.

O Senador disse que o sistema misto que está sendo aprovado "consigna atribuições ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro e traz receios porque pode não funcionar e gerar crises políticas".

— Está na hora de refletirmos um pouco sobre isso. Essa fórmula bus-

ca conciliar coisas de difícil conciliação, tentando implantar a coabitação, que está encontrando problemas em outros países.

O Senador argumentou também que, não existindo coincidência de eleições, o Presidente da República pode ser eleito dentro de um determinado sistema de forças que poderá ser modificado no pleito parlamentar seguinte e, "nesse caso, o choque será inevitável".

Maciel voltou a preconizar a formação de um pacto político, objetivo que o está levando a conversar com outros dirigentes partidários. Admitiu que o Presidente Sarney, que vem pregando a união nacional, tem estimulado esse seu trabalho, mas negou-se a revelar quais os pontos já definidos do programa mínimo que tem proposto aos seus interlocutores. Adiantou, apenas, que na próxima semana poderá revelar o resultado dessas conversações.

— Acho que um pacto social não é viável porque, numa sociedade complexa como a nossa, é difícil definir até mesmo quem serão os interlocutores. Um pacto político é mais viável e pode atingir objetivos mais relevantes, pois há cerca de 40 milhões de brasileiros que não têm condições de sentar à mesa. O quadro partidário é livre e expressa o arco social brasileiro, em que pese as carências dos partidos — acredita o Senador.

Segundo ele, o fundamental para o pacto — sobre o qual também deverá conversar com Ulysses — é a fixação de um conjunto mínimo de pontos consensuais.



Chiarelli, Lins, Maciel e Arinos, no encontro entre as lideranças do PFL

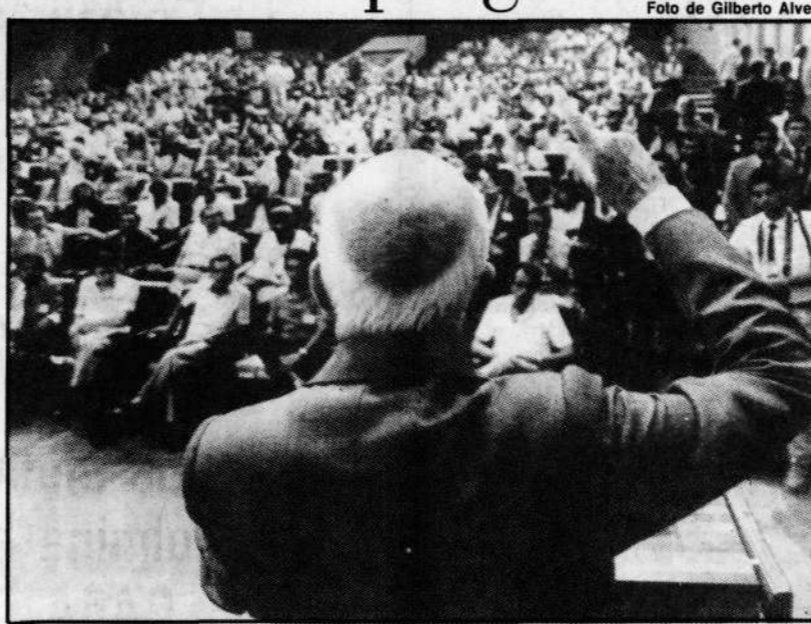
## Vereadores vão a Ulysses e pedem Constituição forte e 'progressista'

BRASÍLIA — Constrangido pela hostilidade do plenário, que se dividiu entre aplausos e vaias, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que defende o mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, ouviu no encerramento da reunião da União dos Vereadores do Brasil a cobrança de uma Constituinte democrática e progressista e a defesa das eleições presidenciais ano que vem.

Quando chegou ao auditório Petrólio Portella, para a solenidade de encerramento do encontro de vereadores, Ulysses, acostumado aos aplausos em auditórios, foi surpreendido por um plenário dividido — os aplausos se confundiam às vaias ensaiadas por alguns vereadores. Durante quase duas horas, o Presidente do PMDB ouviu discursos de vereadores, muitos deles agressivos na defesa do mandato de quatro anos.

— Não queremos uma Nova República que quer dar mais um ano de mandato para um Presidente que não foi eleito pelo povo — disse o vereador João Alilton, de Matozinhos (PMDB-MG), olhando para Ulysses.

O Líder do PMDB na Câmara Municipal de São Luís, Arimathéa Viagas, tentou em seu discurso defender a ferrovia Norte-Sul. Foi intensamente vaiado pelo plenário e, com grande dificuldade, conseguiu dizer que as obras da Ponte Rio-Niterói e Itaipu, na época em que foram construídas, também receberam críticas.



Ulysses diz aos vereadores que aceita as vaias com espírito democrático

Sentado à mesa diretora dos trabalhos, o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), discursou destacando as teses progressistas na Constituinte. Ele aproveitou para fazer a defesa de Ulysses, que também estava sentado à mesa, afirmando que ele era um símbolo da resistência democrática e que muitos estavam ali graças a seu trabalho ao longo dos anos.

— Cuidado que vem mais vaia —

comentou um vereador com seu vizinho no plenário.

O discurso de Ulysses, no encerramento da solenidade, foi aguardado com ansiedade pelos vereadores que queriam uma resposta às suas críticas e reivindicações. Ulysses disse que recebia as críticas e admoestações democraticamente e, também democraticamente, reservava-se o direito de discordar de algumas delas. Mas não explicitou quais.

## Arinos acredita que coesão faz PFL maior que segmentos peemedebistas

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), disse ontem que a coesão doutrinária existente no PFL faz com que ele seja um Partido maior que qualquer segmento existente dentro do PMDB. A afirmação foi feita durante reunião realizada entre as lideranças do Partido e as bancadas no Congresso para discutir a ação na Constituinte.

Participaram da reunião o Presidente nacional do PFL, Senador Marco Maciel (PE), o Líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), e o Líder em exercício na Câmara, Deputado Inocêncio de Oliveira (PE). Inocêncio afirmou que o PFL teve "posição de destaque" na primeira fase dos trabalhos Constituintes. Ele observou que, por várias vezes, o Partido foi "obrigado" a tomar posições que alguns caracterizaram como de direita. "Mas foram motivadas pela radicalização do processo", declarou.

O Líder em exercício salientou a necessidade de uma Constituição "que atenda aos vários segmentos da sociedade brasileira". Ele informou aos pefelistas, que foram formadas ontem três tipos de comissões para acompanhar os trabalhos na Constituinte, além de estar sendo distribuído um questionário entre os parlamentares do Partido. O objetivo do questionário é permitir que cada parlamentar defina sua posição com relação a temas como mandato presidencial, reforma agrária, aborto etc.

Segundo Inocêncio de Oliveira, serão formadas comissões compostas

por três membros para destacar nos substitutivos aprovados nas comissões, os pontos que atendem ao programa do Partido. Feito isso, será aconselhado aos parlamentares um posicionamento com relação a estes pontos nas votações futuras.

Também foi formada ontem uma comissão de assessoramento interno. Composta por Djalma Bessa, Hernane Gurgel e Henrique Hargreaves (Assessor Parlamentar do Palácio do Planalto), essa comissão trabalhará no auxílio direto aos parlamentares, informou o líder.

A terceira comissão, denominada de assessoramento externo, segundo Inocêncio, será formada por Josaphá Marinho, Roberto Magalhães, Mário Henrique Simonsen e Manoel Gonçalves Ferreira Filho. Ela irá dissecar o anteprojeto da Comissão de Sistematização e o projeto Constitucional.

O Líder do PFL no Senado, Senador Carlos Chiarelli (RS), voltou a defender a necessidade do Partido ter uma ação uniforme na Comissão de Sistematização, onde possui 24 membros. Segundo ele, é preciso defender os pontos que refletem o programa partidário e aqueles que se ajustam ao interesse pefelista, mesmo não estando no programa. Chiarelli disse ser necessário que a bancada do PFL seja ouvida para que, através de uma estratégia previamente definida, o partido marque sua posição.

## Constituintes podem estabelecer a figura do 'Defensor do povo'

BRASÍLIA — A fórmula de eleição do Defensor do Povo não está ainda definida e há somente uma referência vaga à remuneração. Contudo, se você tem mais de 35 anos de idade e imensa disposição para representar os interesses do povo brasileiro, prepare-se: a Constituinte se encaminha para instituir a figura do Defensor, proposta à Comissão de Sistematização por duas Comissões Temáticas.

Há diferenças entre as duas propostas. A Comissão de Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher não estabelece qualquer limite de idade para o Defensor do Povo e propõe que ele seja eleito pela Câmara dos Deputados, que poderá substituí-lo por maioria absoluta de seus membros, e partir de uma representação popular. A Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições fixa idade mínima de 35 anos e dispõe que a eleição seja feita pelo Congresso (Câmara e Senado). Ela não prevê, na proposta que encaminhou à Comissão de Siste-

matização, a substituição do Defensor dentro de seu mandato, que é de dois anos. Além disso, permite a reeleição, limitando-a a uma única vez.

O candidato a Defensor do Povo que estiver exercendo cargo ou função pública quando a nova Carta entrar em vigor — na hipótese provável de a Constituinte ter aprovado a criação da figura do Defensor — terá de deixar o antigo emprego. Pelas propostas das duas Comissões, o Defensor do Povo não poderá exercer qualquer outro cargo ou função pública.

Há vantagens. Por exemplo, o Defensor é inviolável. Terá as prerrogativas processuais dos membros do Congresso e, segundo o anteprojeto da Comissão de Direitos e Garantias, do Tribunal de Garantias Constitucionais. Se o Tribunal não for criado pela Constituinte, o interessado em se candidatar à função pode sonhar com vencimentos semelhantes ao de um Ministro do Supremo Tribunal Federal — que é o equivalente ao Tribunal de Garantias

Constitucionais.

Agora, conheça as obrigações. De acordo com a proposta da Comissão de Direitos e Garantias, o Defensor tem que "zelar pela efetiva submissão dos poderes do Estado e dos poderes sociais de relevância pública à Constituição e às leis". A Comissão de Defesa das Instituições detalhou sua proposta, expressando as seguintes obrigações: a) velar pelo cumprimento da Constituição, das leis e demais normas regulamentares por parte da administração pública federal, estadual e municipal; b) promover os meios visando à defesa do cidadão contra ações ou omissões lesivas aos seus interesses, praticadas por titular de cargo ou função pública, recebendo e apurando as respectivas queixas e denúncias; c) criticar e censurar atos da administração pública, zelar pela sua celeridade e pela racionalização dos processos administrativos e recomendar correções e melhorias dos serviços públicos; d) promover a defesa da ecologia e dos direitos dos consumidores.

## Dissidentes se rearticulam em Belo Horizonte

BELO HORIZONTE — A revelia do Governador Newton Cardoso, a disputa interna do PMDB pela sucessão na Prefeitura de Belo Horizonte já está instalada e tem pelo menos um candidato declarado: o Deputado Luiz Otávio Ziza Valadares, que anunciou ontem que vai "disputar e ganhar" a Convenção do Partido para as eleições municipais de 88.

Ziza não apoiou Newton Cardoso, embora só tenha pedido votos para Itamar Franco na boca da urna, e hoje se declara afinado com o grupo de parlamentares que "não concorda com a forma pela qual vem sendo conduzido o processo político em Minas". Some-se a isto o fato de que a Prefeitura da Capital é o alvo principal dos políticos peemedebistas com reduto eleitoral no chamado "Vale do Arrudas", entre eles a Vice-Governadora Júnia Marise. A dissidência peemedebista quer fazer o futuro Prefeito, animada por pesquisa recente que deu ao Deputado Pimenta da Veiga a preferência do eleitor de Belo Horizonte. Na mesma pesquisa, aparecem bem Aécio Neves Cunha e o ex-Governador Hélio Garcia. O nome de Ziza não figura nem entre os menos cotados.